

PODER

Na CPMI, reação a ministro

Presidente da comissão rebate críticas do titular da Previdência. Ex-procurador do INSS e a mulher não esclarecem suspeitas

» ALÍCIA BERNARDES
» RAPHAEL PATI

Uma entrevista do ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, provocou reação imediata no Congresso, ontem. Ao comentar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o ministro afirmou que a investigação tem sido marcada por “pirotecnia da oposição”. A declaração foi duramente criticada pelo presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), que rebateu o tom adotado pelo integrante do governo e defendeu os resultados alcançados pela comissão.

Durante a sessão da CPMI, o deputado Rogério Correia (PT-MG), vice-líder do governo, mencionou uma medida provisória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltada ao ressarcimento de aposentados e pensionistas vítimas de fraudes. A fala foi o gancho para Viana responder a Queiroz. “Fico feliz com a disposição em colaborar, mas lamento que o ministro da Previdência, que representa o governo, tenha dito hoje (ontem) em entrevista que esta CPMI é pura pirotecnia e que não chegará a lugar algum”, disse o senador. “Vossa Excelência demonstra uma postura diferente da adotada pelo ministro, que desrespeita o trabalho sério realizado aqui.”

O presidente do colegiado também enviou um recado direto ao ministro, afirmando que a gestão Lula só conseguiu avançar nas ações de ressarcimento porque o colegiado revelou irregularidades. “Se o governo está conseguindo ressarcir as vítimas de fraudes, é porque esta comissão expôs o esquema de corrupção que existia na Previdência. O ministro, mal informado, deveria reconhecer que esta

Carlos Moura/Agência Senado



Oliveira Filho criticou a CPMI. “Não sou indiciado, não sou réu e, muito menos, condenado. Percebi já em algumas falas um prejulgamento”

CPMI já prestou um grande serviço ao país”, completou.

Em entrevista a uma rádio mineira, Wolney Queiroz criticou a condução dos trabalhos da CPMI, afirmando que o colegiado “virou teatro para conseguir votos e likes”. “O que temos visto é uma pirotecnia de alguns membros, especialmente da oposição. A comissão deveria ser conduzida com mais isenção, mas virou palco político. Lamento que não tenha sido mais útil aos aposentados que esperavam um resultado concreto”, disse o ministro.

A fala acirrou o clima entre parlamentares. Viana afirmou

que Queiroz será convocado para prestar esclarecimentos. “O ministro fez um desfavor ao Parlamento. Ele é parlamentar, sabe muito bem que o nosso trabalho exige paciência e responsabilidade. Quando vier à CPMI, vai poder pedir desculpas. Foi muito infeliz a fala dele”, afirmou.

Enquanto o impasse político ganhava força, a CPMI recebeu a médica e empresária Thaisa Hoffmann Jonasson, suspeita de atuar como “laranja” em um esquema de desvio de recursos do INSS. Amparada por habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ela permaneceu em

silêncio na maior parte das perguntas feitas pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). O parlamentar criticou a postura da depoente e disse que as empresas em nome dela movimentaram cerca de R\$ 15 milhões.

Senadores avaliam que Thaisa pode ter servido como intermediária de propinas destinadas ao ex-procurador-geral do INSS Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, marido da médica. Segundo o senador Izalci Lucas (PL-DF), empresas registradas em nome dela teriam recebido recursos do lobbista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”.

“Os repasses coincidem com procedimentos que Virgílio teria feito para beneficiar entidades como a Contag”, disse. A depoente negou irregularidades e afirmou possuir documentação para comprovar a legalidade de suas atividades.

Em seguida, quem compareceu à comissão foi o marido de Thaisa. Também amparado por um habeas corpus, Oliveira Filho não falou sobre as fraudes. Suspeito de receber propinas, ele comentou sobre a própria carreira. “Todos os cargos por mim assumidos, cargos em comissão, foram de indicações técnicas”, disse. “Não sou político, não tenho padrinho político,

sou apertado e sempre desempenhei as minhas funções com base na Constituição e sem questões políticas.”

Oliveira Filho também frisou que a investigação está em andamento e criticou o colegiado. “Não sou indiciado, não sou réu e, muito menos, condenado. Percebi já em algumas falas de parlamentares dessa comissão um prejulgamento. Não fui ouvido, não presen-tei esclarecimentos, mas já percebi um prejulgamento muito forte, com base no que eu tenho ouvido e visto nessa CPMI e com base em todas essas questões eu colaborarei e falarei aqui.

Pacheco: “Tenho respeito pelo STF”

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) comentou, ontem, sobre seu nome estar cotado para ocupar a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar reiterou que se sente honrado por ser lembrado, mas destacou o fato de a escolha ser uma decisão exclusiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É uma honra ser lembrado para uma posição tão relevante como essa. Mas isso não depende de mim. Não se faz campanha para esse tipo de vaga, e também não se recusa um convite”, declarou.

Pacheco ressaltou o respeito que mantém pelo Supremo e frisou que, ao longo do período em que presidiu o Senado, buscou sempre preservar uma relação institucional de equilíbrio com o Judiciário. “Tivemos momentos de desafios e contraposições, mas sempre num ambiente civilizado. Tenho apreço e respeito pelo Supremo Tribunal Federal e por sua importância para o Estado Democrático de Direito”, disse. Segundo ele, a convivência harmônica entre os Poderes é fundamental para a estabilidade política do país.

O senador também defendeu a proposta de emenda à Constituição

(PEC) que apresentou e foi aprovada pelo Senado em 2023, estabelecendo limites às decisões monocráticas dos ministros dos tribunais superiores. “Uma lei votada pelas duas Casas e sancionada pelo presidente da República só pode ter sua constitucionalidade questionada pelo colegiado do Supremo, e não por decisão individual. Essa é uma disciplina justa e equilibrada entre os Poderes”, afirmou.

Além de ser citado como possível indicado ao STF, Pacheco é apontado como um dos nomes cotados para disputar o governo de Minas Gerais em 2026. Ele não descartou a possibilidade, mas afirmou que ainda está avaliando o cenário. “As manifestações de apoio que recebo de segmentos políticos e da sociedade são motivo de muito orgulho. O presidente Lula demonstrou entusiasmo em relação ao meu futuro político, mas essa é uma decisão que devo tomar à luz de diversas circunstâncias”, ponderou.

Ele contou que, após 12 anos de vida pública, chegou a considerar se afastar da política para retomar a advocacia, sua profissão de

origem. “Eu me considero realizado com tudo que fiz até aqui. Pensei, sim, em encerrar minha vida pública para cuidar da minha família e da minha carreira. Mas diante dos apelos e das discussões sobre o futuro de Minas, sigo avaliando com serenidade o melhor caminho”, afirmou.

O parlamentar destacou que o estado conta com nomes preparados para disputar as eleições, independentemente de sua candidatura. “Minas tem quadros relevantes que podem se habilitar como candidatos ao governo, a vice e ao Senado. O mais importante é termos representantes comprometidos com os temas reais da população, e não com a lacração e o imediatismo das redes sociais”, afirmou.

Ao avaliar a atual gestão de Romeu Zema (Novo), Pacheco foi crítico. “Minas poderia estar em uma situação muito melhor. O estado tem uma dívida praticamente impagável, e faltou diálogo com o governo federal. A hostilidade com o presidente Lula e a interrupção dessa relação prejudicaram o estado, que perdeu protagonismo nacional”, avaliou. (AB)

Lula volta a criticar Trump

Ricardo Stuckert / PR



Em viagem à Indonésia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou a importância das relações comerciais e disparou novas críticas ao tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “Tanto a Indonésia quanto o Brasil têm interesse em discutir a possibilidade de comercialização entre nós dois ser com as nossas moedas. Essa é uma coisa que nós precisamos mudar”, disse Lula, em declaração conjunta

à imprensa ao lado do presidente indonésio, Prabowo Subianto, após reunião em Jacarta. “Nós queremos multilateralismo, e não unilateralismo. Nós queremos democracia comercial, e não protecionismo.” As declarações ocorrem a poucos dias da primeira reunião presencial dele com Trump, agendada para domingo, às margens da Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), na Malásia.

Asafe Braz da Silva
Escola Classe 02 – Riacho Fundo 2



13 novas escolas e Cartão Material Escolar para 200 mil alunos.

Este GDF foi lá e fez.